

As Fazendas Nacionais e seus desdobramentos em Núcleo Colonial Agrícola, no Piauí oitocentista

Marcelo de Sousa Neto¹

Jayra Barros Medeiros²

Resumo: O presente artigo discute as Fazendas Nacionais e os seus desdobramentos em Núcleo Colonial no Piauí, no século XIX. As referidas fazendas estiveram presentes nos relatórios do Ministério da Agricultura, no período analisado, e estão definidas pelos documentos como “Próprios Nacionais”. O núcleo estudado é o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara. A metodologia utilizada tem como parâmetro a análise das fontes documentais: correspondências oficiais trocadas entre o governo do estado do Piauí e o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, leis, decretos e resoluções da Assembleia Legislativa do Piauí, bem como relatórios, mensagens do governo do estado do Piauí, o acervo da Biblioteca Nacional Digital (Pasta Ministério da Agricultura) e os jornais *A Opinião Conservadora* e o *Oitenta e Nove*.

Palavras-chave: História; Agricultura; Piauí.

ABSTRACT: This article discuss about the National Farms and the development in the Colonial Nucleos in Piauí, in the 19th century. The referred farms were quoted in reports of the Ministry of Agriculture, on the analyzed period and are defined by the documents as “Nationals Owned”. The study focus it’s the Rural Establishment São Pedro de Alcântara. The used methodology has as guideline the analysis of documental sources: officials correspondences between the Piauí State Government and the Ministry of Agriculture Business, Commerce and Public Constructions, laws, decrets and resolutions of the Piauí State Parliament, as well as reports, messages of the Piauí State Government, the Digital National Library collection (Ministry of Agriculture section) and the newspapers *A Opinião Conservadora* and the *Oitenta e Nove*.

Keywords: History; Agriculture; Piauí.

¹ Doutorado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí. Professora de História da rede estadual de educação do estado do Piauí. E-mail: jayramedeiros@yahoo.com.br.

² Doutorado em História pela Universidade Federal do Pernambuco. Professor Associado do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – UESPI e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí. Coordenador do PIBID/HISTÓRIA/UESPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

Introdução

No Piauí, do século XIX, as Fazendas Nacionais foram alvo de projetos estaduais e federais. Nesse sentido, no intuito de organizar e controlar as terras consideradas da União, em território piauiense, o Ministério da Agricultura tomou medidas para a regulamentação do referido território, dentre elas, o arrendamento de parte de suas terras que, na época, eram tidas como “Próprios Nacionais”.¹

Os destaques fornecidos pelos relatórios federais e estaduais mencionavam as terras próximas ao rio Parnaíba. Estas terras eram caracterizadas por sua fertilidade agrícola e por uma possibilidade de prover navegação a vapor. Dessa forma, desenvolver as possibilidades de melhoramentos da agricultura e de locomoção, em um território tido como pouco desenvolvido, era um passo essencial para o tão sonhado desenvolvimento brasileiro, já que as medidas vinham do governo federal no período em estudo. Sobre as tentativas de melhoramentos agrícolas nas terras estudadas, destacamos o contrato firmado entre o Ministério da Agricultura e o Dr. Francisco Parentes, no ano de 1873, contrato este que criou nas Fazendas Nacionais o núcleo colonial São Pedro de Alcântara.

O núcleo colonial de nacional mencionado foi instalado às margens do rio Parnaíba, por motivos que podem ser verificados no trecho a seguir: “[...] além das vantagens da navegação a vapor, é seco e elevado, tem ótimos campos de passagens, oferece magníficos pontos de vista, e por ali passa a estrada de Oeiras a Jerumenha, uma das mais frequentadas da província.” (PIAÚ, 1874, p. 17). Ainda sobre as vantagens desses locais, destacamos: “Além dos rios que atravessam as fazendas nacionais, existem em grande número fontes abundantes com excelente água potável e três lagos, tendo o maior três léguas de superfície” (BRASIL, 1893, p. 243). Assim, o presente artigo analisa a criação do núcleo colonial “Estabelecimento São Pedro de Alcântara” como tentativa de melhoramento para a agricultura em território piauiense no século XIX. Para esta análise, utilizamo-nos do estudo das fontes documentais: correspondências oficiais trocadas entre o governo do estado do Piauí e o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, leis, decretos e resoluções da Assembleia Legislativa do Piauí, relatórios, mensagens do governo do estado do Piauí, acervo da Biblioteca Nacional Digital (Pasta Ministério da Agricultura) e dos jornais *A Opinião Conservadora* e o *Oitenta e Nove*. As fontes selecionadas são analisadas em contraponto à literatura referente ao tema e ao período abordado. A partir dos estudos das referências documentais mencionadas, dividimos nossas análises em três tópicos, que apresentamos a seguir.

As fazendas nacionais no Piauí

Em seu estudo sobre o Piauí, José Martins Pereira d'Alencastre aponta que, em 1811, o ouvidor Luiz José de Oliveira escreveu um inventário traçando a organização administrativa e territorial das fazendas nacionais piauienses. A partir desta divisão, o pesquisador destacou a importância das referidas fazendas para a formação econômica, social e política do Piauí. Sobre esse estudo, destacamos os dados a seguir:

Tabela 1: Mapa inventário das Fazendas do Fisco no Piauí em 1811.²

INSPEÇÕES	FAZENDAS
Nazareth	Gamelleira, Guaribas, Mato, Lagoa de São João, Olho d'Água, Mocambo, Serrinha, Genipapo, Algodões.
Piauihy	Salinas, Brejinhos, Fazenda Grande, Boqueirão, Gamelleira, Caché, Serra, Cajazeiras, Mocambo, Cachoeira, Espinhos, Julião.
Canindé	Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Sacco, Castello, Burity, Campo-Grande, Campo Largo.

Fonte: ALENCASTRE, 1853 (Adaptado por Jayra Barros Medeiros a partir da Revista).

As Fazendas do Fisco, como eram chamadas as mencionadas propriedades no período em questão, foram divididas em inspeções. O objetivo da divisão, à primeira vista, seria um controle administrativo do governo relativo às terras pertencentes ao Império brasileiro. Cada uma dessas inspeções era composta por fazendas e administrada por representantes locais. A análise da documentação aponta para transformações territoriais e administrativas nas propriedades analisadas, tais como doações e vendas. Dentre estas, a principal doação de que se tem notícia referente a essas terras foi descrita por Alencastre (1853). Da descrição, extraímos o trecho a seguir: “Depois da morte de Domingos Afonso Mafrense muitas dessas fazendas foram por ele doadas a particulares, que tinham empobrecido no serviço do Estado ou que tinham na corte poderosos padrinhos” (ALENCASTRE, 1853, p. 53.). De acordo com as análises do autor, o apadrinhamento e o serviço no estado foram condições para que as Fazendas Nacionais fossem doadas. Ainda sobre as Fazendas Nacionais, destacamos:

A origem das fazendas nacionais do Piauí remonta ao patrimônio de Domingos Afonso Mafrense, bandeirante português que a historiografia identifica como um dos primeiros beneficiários

da concessão de sesmarias para a instalação de fazenda de gado no Piauí. Entre 1676 e 1686, Mafrense recebeu do governo de Pernambuco sesmarias correspondentes a 226.512 hectares de terras, patrimônio este ampliado pelo bandeirante nos anos seguintes, através de negociação com Leonor Teles Marinho, viúva do coronel Francisco Dias d'Avilla, também grande beneficiário da concessão de sesmarias no Piauí no final do século XVII. (VILHENA, 2006, p. 54).

Já no ano de 1853, as Fazendas aparecem com a denominação de Fazendas Nacionais e com a seguinte divisão administrativa:

Tabela 2: Mapa estatístico das Fazendas Nacionais em 1853.

INSPEÇÕES	FAZENDAS
Nazareth	Lagoa de São João, Gamelleira, Tranqueira, Serrinha, Catharens, Algodões, Olho d'Água, Guaribas, Mato, Mucambo, Genipapo,
Piauhy	Salinas, Brejinhos, Fazenda Grande, Boqueirão, Caché, Serra, Cajazeiras, Mocambo, Cachoeira, Espinhos, Julião, Canavieira.

Fonte: ALENCASTRE, 1853 (Adaptado por Jayra Barros Medeiros a partir da Revista).

A justificativa para o não aparecimento das inspeções de Canindé é dada a seguir:

[...] com o casamento da princesa imperial, a Sr. D. Januária, a inspeção do Canindé passou a fazer parte de seu dote, e de então para cá tem sido administrada por particulares, que a tem reduzido ao mais deplorável estado. As outras inspeções, também não tem prosperado, se comparamos a sua estatística atual com a de 1825 acharemos um grande aumento na escravatura, e aumento absoluto na produção do gado cavalariço, ao passo que o gado vacum tem sofrido grande decréscimo quanto é certo que as fazendas do Piauí e Nazareth não são sujeitos a seca pelas vantajosas posições em que se acham situadas. (ALENCASTRE, 1853, p. 57-58).

A análise anterior apresenta as doações, as vendas e as transformações administrativas e territoriais pelas quais passaram os referidos Próprios Nacionais no Piauí, e ainda as vantagens que as fazendas às margens do rio Parnaíba detinham sobre as demais. Os maus-tratos em relação às terras, à agricultura e às populações que por lá viviam também devem ser observados, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Continuarão as fazendas nacionais no estado de decadência que se acham desde muitos anos. Sem nenhum melhoramento, elas vão sendo conservadas pela natureza. Se não se der uma melhor direção, é bem provável que ela venha a extinguir-se. (PIAUI, 1873, p. 35).

Foi com esse ressentimento e ancorado em projetos nacionais, bem como para prevenir “males e perigos que tal situação acarretaria, e levado pelo desejo de promover o desenvolvimento da agricultura e indústria de sua província, que o agrônomo Francisco Parentes apresentou ao governo Imperial a ideia de criação de uma colônia agrícola, nessas fazendas do estado, servindo de núcleo aos libertos” (PIAUI, 1874, p. 15.). A fonte em questão nos aponta a importância e o desejo de melhoramento da agricultura em um estado que tinha como base econômica a pecuária, a criação de gado extensiva e ainda a necessidade de absorver os trabalhadores vindos de um regime de escravidão em transição para um trabalho fundamentado no capital. Para tanto, de acordo com o relato dos representantes da província do Piauí, o projeto de criação de um Núcleo Colonial seria a resposta para os problemas econômicos piauienses e até brasileiros. Na década de 1890, as Fazendas foram mencionadas nos relatórios do Ministério da Agricultura:

Tabela 3: Demonstrativo das Fazendas Nacionais – 1895.³

ESTADOS	FAZENDAS	KILÔMETROS
AMAZONAS	São Bento São Marcos São José	198
PIAUI	Departamento do Piauí Departamento de Nazaré Departamento de Canindé	568,7
PARÁ	Arary, com retiros São Lourenço com retiros	120
MARANHÃO	Ribeira de Alpercates a leste das mesmas	11
MATO GROSSO	Bitone Casalvasco Caiçara	80
SÃO PEDRO	Rosário São Gabriel São Borja	200

Fonte: Adaptado por Jayra Barros Medeiros, a partir da Secção dos próprios nacionais na diretoria das rendas públicas, em 7 de maio de 1895. *In*: Relatório do Ministério da Fazenda, 1895.

A historiadora Emília Viotti da Costa aponta que as instalações de Núcleos Coloniais Agrícolas no Brasil datam do início do século XIX, quando D. João VI

implantou iniciativas formadas com imigrantes alemães, suíços e/ou açorianos para povoar o país. Em meados do século XIX, esses núcleos foram ressignificados e instituíram-se com o objetivo “de promover pouco a pouco a substituição do braço escravo na lavoura do café” (COSTA, 2007, p. 197). Em consonância com essa possibilidade de ocupação e normatização do território, temos “a colonização estrangeira, sob o sistema de parceria” (COSTA, 2007, p. 197). Foi com essa característica de colonização estrangeira que os Núcleos Coloniais Agrícolas se consolidaram na memória coletiva dos brasileiros.

Vera Lúcia Amaral Ferlini e Elizabeth Filipini, em seus estudos sobre o território Barão de Jundiá, consideram que as pesquisas sobre os núcleos coloniais oferecem subsídios para “a análise das grandes questões da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, da imigração europeia para o Brasil, para o processo geral de transformação da sociedade e da economia brasileira a partir da cafeicultura” (FERLINI; FILIPINI, 1992, p. 129). Essa multiplicidade de análises, proporcionada pelo estudo dos núcleos coloniais brasileiros, pode ser percebida com mais intensidade quando observamos as pesquisas sobre a implantação e funcionamento dos Núcleos Coloniais nas diferentes regiões brasileiras.⁴ Nesse sentido, destacamos as análises de Francivaldo Alves Nunes, que apresenta a Amazônia e as “[...] abordagens que valorizam as experiências de implantação de colônias agrícolas como consequência do desenvolvimento da produção extrativa da borracha” (NUNES, 2012, p. 4). A produção é uma característica da região mencionada pelo autor, fato que nos faz perceber o caráter peculiar e regional da implantação dos referidos estabelecimentos agrícolas. No Piauí, nós citamos o estudo do historiador Johny Santana de Araújo sobre o estabelecimento de colônias militares no sul do estado, nos anos de 1865 a 1888. O trabalho do historiador aponta que “houve um completo fracasso no projeto dessa colônia” (ARAÚJO, 2013, p. 65). No entanto, destacamos que, mesmo o projeto fracassando, ele existiu no Piauí, fato que ocorre em algumas colônias militares brasileiras. O referido autor aponta que,

Durante a presidência da Província do Piauí por Adelino Antônio de Luna Freire (05/10/1866 a 05/11/1867), a instalação de colônias agrícolas voltou a ser lembrada pelo governo provincial, visando à industrialização de produtos pecuários, bem como a vinda de colonos europeus para que conhecesse melhor as técnicas para o fabrico de queijo, manteiga e outros produtos derivados do leite. As terras para isso seriam adquiridas de fazendas nacionais existentes para a instalação de uma fazenda modelo. (ARAÚJO, 2013, p. 66).

Segundo o autor, no entanto, foi:

em 1873 que surgiu mais uma vez a possibilidade de criar-se um empreendimento agrícola na Província do Piauí, a ideia partiu do engenheiro agrônomo Francisco Parentes. Este havia estudado na França, e expôs os seus planos ao Presidente da Província do Piauí. Essa colônia tornou-se viável graças ao trabalho feito pelo engenheiro Gustavo Dodt ainda durante o governo do Presidente Augusto Olímpio Gomes de Castro em 1868, Gustavo Dodt havia sido contratado para realizar um extenso trabalho de levantamento do rio Parnaíba ao longo de seu curso, cujo propósito maior era indicar qual o melhor local para instalação de uma futura colônia agrícola, o seu trabalho prosseguiu até o ano de 1873. (ARAÚJO, 2013, p. 66).

Em consonância com as análises do referido autor, destacamos as características peculiares do projeto de colonização agrícola do governo Imperial brasileiro. Neste sentido, destacamos a iniciativa privada do engenheiro agrônomo Francisco Parente, que, com o auxílio do governo do Estado, implanta um núcleo de colonização no Piauí. Como podemos perceber em um trecho da *Revista do Império*,

[...] celebrando o governo Imperial com o agrônomo Francisco Parentes um contrato que, na forma das cláusulas aprovadas pelo decreto n.º 5502 de 10 de setembro de 1873, devia durar por 5 anos, obrigando o Estado, em compensação dos ônus aceitos pelo diretor, auxiliá-lo com a quantia de 80.000\$ realizável em prestações destinadas 30, 20, 10. (1882, p. 39).

Ainda nesse sentido, o texto segue:

Estabelecimento Rural de S. Pedro Alcântara com a finalidade de proporcionar condições de bem-estar e instrução elementar e agrícola a antigos escravos da nação e seus descendentes declarados livres pela lei n.º 3040 de 28 de setembro de 1871, foi fundado esse estabelecimento em fazenda do Estado situada no distrito do Piauí de Nazareth, província do Piauí[...]. (1882, p. 39).

De acordo com o periódico analisado, o objetivo do empreendimento era a instrução elementar e agrícola para os libertos, fato que nos leva a pensar sobre os melhoramentos da agricultura e do trabalho livre no Brasil. A respeito

da relação da criação dos centros agrícolas e dos colonos brasileiros, no período pesquisado, destacamos o trecho a seguir:

[...] vaticinando o fim da mão-de-obra escrava e a abolição para daí a dez anos, sugeria a conversão dos escravos em colonos e a transformação das fazendas em “colmeias agrícolas” por um sistema de retalhamento da grande propriedade, pelo qual o fazendeiro cederia o domínio útil da terra aos foreiros perpétuos [...] (COSTA, 1982, p. 115).

Além das análises anteriormente citadas sobre o funcionamento e trabalho nos núcleos coloniais brasileiros, consultamos relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, pelo então presidente da província, no ano de 1874.

Trechos do referido documento mostram a tentativa de conversão dos escravos em colonos no Piauí. O desejo pela inserção das propostas liberais em território piauiense inspirou as ações dos articulistas locais e federais nas Fazendas Nacionais.

Havia, pois, um receio do declínio desses projetos modernizadores em terras piauienses. No entanto, os projetos eram desejados e pensados pela elite, já que havia “a ideia de livre-câmbio que estava associada a outra forma de relação entre o homem e a terra. A terra era pensada como meio de produzir bens para o comércio” (SECRETO, 2001, p. 152). Fazer florescer o comércio piauiense era o desejo dos articulistas, recaindo o controle sobre a população.

A esse respeito, destacamos que “em virtude das ordens do governo, estas fazendas deviam ser vendidas ou arrendadas, em qualquer dos casos os libertos entregues a seus próprios recursos, abandonados a seus instintos e ignorância” (PIAUI, 1874, p. 15). Expostos “à privação e à miséria, tornar-se-ão um bando de criminosos, e a depravação assentaria sua tenda no meio daqueles infelizes” (PIAUI, 1874, p. 15). É daí que provém a falta de “[...] compreensão do que somos, do que possuímos, e dos deveres que nos competem como cidadãos para formarmos unidos um povo forte, laborioso e industrial” (BRASIL, 1893).

As análises produzidas pelos documentos oficiais evidenciam a necessidade de inserir o Piauí no cenário de transformações sociais e econômicas que circulava o Brasil. Sobre essa questão, destacamos o arrendamento, que é o “contrato pelo qual se cedem temporariamente o uso e a ocupação de um terreno mediante pagamento de uma renda ou aluguel” (SECRETO, 2005, p. 40). Os arrendamentos fazem parte do cenário brasileiro desde muito cedo. No entanto, no século XIX,

aparecem como uma possibilidade de pobres livres se estabelecerem no campo como parceiros. Para isso, apontavam alternativas pautadas nas ideias liberais, conforme podemos perceber no trecho que segue.

Felizmente há brasileiros que, dotados de inteligência, patriotismo e energia, tem sabido procurar lições na experiência de outros povos adiantados, e tentado aplicá-las no seu país, contribuindo assim para seu desenvolvimento e prosperidade e para elevação e geral benefício de seus concidadãos – embora que no desempenho dessa árdua tarefa tenham de pagar muitas vezes com a própria vida oferecida como tributo de gratidão o patriotismo ao engrandecimento de sua pátria [...] No número desses brasileiros acha-se incluindo um filho do Piauí, Dr. Francisco Parentes, de saudosa memória, o qual havendo realizado seus estudos em França, habilitou-se nas boas escolas daquele grande país, pelas luzes da ciência aplicar em sua terra natal, sua atividade, seus conhecimentos profissionais no sentido de aproveitar nossas riquezas naturais, e assim contribuir para o seu engrandecimento e prosperidade. [...] O distinto agrônomo piauiense, achando nas fazendas nacionais do Estado do Piauí proporções para desenvolver vários ramos de indústria agrícola e pastoril, procurou junto ao governo, então imperial, fazer aquisição dessas propriedades, mediante condições estabelecidas em um contrato que celebrou com o mesmo [...]. (BRASIL, 1893).

A citação anterior, extraída do relatório do Ministério da Agricultura, mostra que o desejo pelo moderno circulava entre a elite piauiense e tomava forma com a instalação do centro agrícola. A referida citação permite entender que os ramos da indústria agrícola poderiam exercer um controle sobre os colonos piauienses. Dessa forma, “a origem de toda desigualdade social pode estar nos mecanismos de acesso à terra, recriados sucessivamente em cada momento histórico” (SECRETO, 2012, p. 153).

No Piauí, a terra cobiçada tinha uma boa localização e uma fertilidade que foram apontadas pelas fontes documentais estudadas. As questões sociais foram também mencionadas, como podemos verificar quando se lê que é “extraordinário o número de agregados ou intrusos existentes nas fazendas nacionais, número que atinge 3.000 [...] ociosos e petulantes, os vaqueiros não têm meios de coagi-los ao cumprimento dos seus deveres” (BRASIL, 1893, p. 243).

Ao chamar os vaqueiros piauienses de “ociosos e petulantes”, o relator do Ministério da Fazenda aponta para os deveres desses trabalhadores, mas não

leva em consideração a economia e a cultura do Piauí, que possuíam suas bases na pecuária extensiva e tinham “o gado, conduzido em boiadas por vaqueiros e escravos pelos sertões” (SOUSA NETO, 2013, p. 251). Assim, a liberdade dos pastos acaba tornando-se um empecilho para o mencionado projeto do governo federal. É o que podemos perceber com o trecho que diz que “ocasiona também grandes prejuízos às fazendas a agregação concedida pela tesouraria a vários particulares, com faculdade de criar todas as espécies de animais, levantar situações, edificar benfeitorias, etc.” (BRASIL, 1893, p. 320). E ainda:

[...] a índole do nosso povo, sua educação cívica pouco desenvolvida, a falta quase absoluta de instrução variada nas diversas camadas sociais; a influência do clima, da alimentação, são poderosos fatores que unidos têm contribuído indubitavelmente para o estado desfavorável em que nos achamos, consideradas as questões em nosso país sobre os pontos – social, econômico e industrial. (BRASIL, 1893, p. 320).

A respeito das questões sociais que envolviam as propriedades brasileiras, no período em questão, destaca-se que a

vigilância e o controle permanente dos trabalhadores eram artifícios que, para além de impedirem sua mobilidade, propiciaram, por intermédio das *colônias de nacionais*, a proteção à grande propriedade, mediante a criação de colchão intermediário de pequenos produtores, situados entre os donos do capital fundiário e o trabalho [...]. (MENDONÇA, 1997, p. 87).

No Piauí, a mobilidade do trabalhador era de fundamental importância, já que a atividade principal era a pecuária extensiva, fato que nos leva a refletir sobre o caráter contraditório que envolvia o projeto modernizador nas fazendas nacionais piauienses. Nesse sentido, as fazendas foram de fundamental importância à formação econômica, social e política do estado. Basta reiterar que estas terras tiveram um papel importante no processo de colonização piauiense, em que a criação de gado, além da agricultura de subsistência, eram as principais atividades econômicas da região. Como mencionamos anteriormente, no final do século XIX, essas propriedades estavam sob a denominação de Fazendas Nacionais, sendo que

estas fazendas, a princípio, pertenciam a Domingos Afonso Mafrense e foram doadas aos jesuítas em 1711. Em 1760 foram sequestradas pela coroa portuguesa, quer dizer, desapropriadas das mãos dos padres inacianos, quando o ministro Pombal resolveu expulsar do

Brasil os padres da Companhia de Jesus. Durante todo o período colonial, estas fazendas eram conhecidas como fazendas do fisco ou fazendas fiscais. Com a separação política de Portugal, estas passaram a ser denominadas Fazendas Nacionais [...]. (BORGES, 1981. p. 6).

Sobre as leis relacionadas às terras brasileiras, destacamos a análise de Maria Verônica Secreto, que entende que “[...] depois da emancipação, e uma vez anulada a forma de apropriação sancionada pela metrópole, o Brasil teve uma legislação ordenada pela centralização do governo” (SECRETO, 2001, p. 141). Essa necessidade de centralização levou o governo federal a criar contratos, regimentos e normas para implantação de núcleos coloniais no Piauí, conforme veremos no decorrer das nossas análises.

Ainda segundo a autora, a “[...] sucessão de governos liberais e conservadores não implicou em caos, ausência ou superposições legislativas [...]. Sendo assim, depois da Constituição de 1891, as terras devolutas passaram a ser matéria de legislação do Estado” (SECRETO, 2001, p. 141). No Piauí, essas questões configuram-se quando, em meados da República, as referidas fazendas foram passadas definitivamente para o Estado. Essas transições administrativas e territoriais pelas quais passaram as fazendas analisadas mostram a necessidade de controle governamental além da relevância das propriedades rurais e agrícolas para os articulistas e administradores locais e para o governo federal. Dessa forma, faz-se necessário entender os desdobramentos das referidas propriedades em Núcleos Coloniais Agrícolas no Piauí, mais especificamente no “Estabelecimento São Pedro de Alcântara”, na inspeção de Nazaré.

Rio Parnaíba e as possibilidades de melhoramentos da agricultura piauiense no século XIX.

À luz das fontes documentais e dos teóricos elencados no decorrer do artigo, podemos lançar um olhar sobre o “Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara” e entender suas peculiaridades e as ressonâncias em relação ao contexto nacional.

Até aqui podemos considerar que o referido estabelecimento, não por acaso, recebe o nome do Imperador. “De acordo com o diretor do estabelecimento rural, dei este nome de S. Pedro de Alcântara em homenagem ao de S. M. o Imperador, o desvelado protetor da indústria” (PIAUI, 1874, p. 17). Fato que pode ser associado aos anseios por progresso, vinculados à indústria e à modernização, assim como às relações sociais e políticas impostas pelo período. Nem todos

tinham, entretanto, a mesma opinião. O jornal *Oitenta e Nove*, por exemplo, vê uma luta, um combate, uma guerra para a escolha do nome do Núcleo inaugurado no Piauí. É o que percebemos no trecho a seguir: “CONTENDA - Deverá haver entre São Pedro e Santo Pedro d’Alcântara, por causa do nome imposto da colônia agrícola que sendo fundada pelo Dr. Parentes” (*Oitenta e Nove*, 1874, p. 4). Para os redatores do jornal, “São Pedro” perderia o combate com o Imperador “[...] em qualquer tribunal que se apresentasse” (*Oitenta e Nove*, 1874, p. 4).

O referido jornal, que se intitula “monitor republicano do Piauí” (*Oitenta e Nove*, 1874, p. 1), discorda da atitude dos articulistas locais ao escolher o nome do Imperador para o referido estabelecimento, e acrescenta: “[...] lembraríamos aos que nos ouvissem que em vez de São Pedro de Alcântara chamassem Colônia Onça Coroada” (*Oitenta e Nove*, 1874, p. 1).

A crítica do jornal piauiense ao Imperador e aos articulistas locais demonstra as múltiplas vozes sobre a instalação do centro agrícola e, ainda, permite-nos ver movimentos a favor da república brasileira. Destacamos aqui a ideia de indústria e progresso ligada à agricultura, que foi propagada pelos articulistas durante o projeto de criação do núcleo colonial São Pedro de Alcântara. Observa-se o conceito de modernização da agricultura brasileira pautado em um modelo prussiano, eminentemente capitalista, mediante a tentativa de melhoramentos de técnicas agrícolas, novas culturas e formas de rotação. Nesse sentido, a tradição camponesa de utilização das terras em cultivo comum seria minada pelo processo de individualismo agrário, possibilitando a mecanização da própria terra (MOTTA; MENDONÇA, 2005).

Em nossas análises, o “individualismo agrário” pode ser percebido na iniciativa de Francisco Parentes, uma vez que, além da desigualdade social, percebemos que havia uma junção da iniciativa privada com o poder público no que diz respeito ao empreendimento analisado, pois Francisco Parentes arrendou parte das terras para a implantação do projeto. Sobre o engajamento do poder público na tentativa de consolidar projetos modernizadores no Piauí, destacamos a “viagem do administrador da província à colônia agrícola de São Pedro de Alcântara”. Essa viagem ocorreu no dia 04 de agosto de 1874, em um mês caloroso para o Piauí. No entanto,

Nem os rigores da estação calmosa, nem a baixa das águas dos rios, que, neste tempo de rigorosa seca oferece inconvenientes à navegação, nem o temor das febres paludosas, que, nos meses de julho a outubro, é de costume grassarem nas povoações ribeirinhas

do Parnaíba: nada deteve o nosso de S. Exc. ante a consideração superior à outra qualquer de que cumpra o grato dever de inaugurar o primeiro estabelecimento rural na província confiada a seu provado patriotismo, e de que dava assim uma sólida demonstração do quanto se interessa pela sua prosperidade. (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 2).

As dificuldades descritas pelo jornalista piauiense nos fazem pensar nas análises de Zigmunt Bauman, que apontam que o “Estado Moderno nasceu de uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhada em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-la numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão” (BAUMAN, 1999, p. 29). Percebemos a necessidade dos articulistas nacionais e locais de transformar o Piauí em uma “sociedade ordeira”, na qual os colonos do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara

[...] escutavam atentos o poderoso verbo do progresso, que, pelo órgão de tão distintos oradores, escoavam naquelas sombrias solidões, onde pouco tempo antes, só se ouvia o medonho rugido da Panthere, ou o estalar ruidoso de alguma árvore secular desenraizada pela tempestade. (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 2).

Desta forma, “o verbo do progresso”, relacionado às terras das fazendas nacionais, chega ao Piauí. Sobre a instituição da propriedade e sua ligação com os projetos de modernização estudados, destacamos que este “[...] foi um passo importante na consolidação do Estado Imperial, indispensável para a modernização da sociedade e da economia” (SECRETO, 2012, p. 154). Um desses passos foi descrito no relatório do Exmo. Sr. Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello, enviado ao presidente da província no dia 27 de abril de 1874, no qual o relator destaca a implantação do mencionado projeto no Piauí, como se lê:

O inteligente agrônomo Francisco Parentes, que em 22 de setembro do ano passado contratou com o governo Imperial a fundação de uma colônia agrícola e creadora no termo de Amarante, já deu começo aos seus trabalhos; e, a julgar-se pela atividade com que este prestimoso piauiense tem se dedicado a realização da empresa, é de esperar que em poucos anos esteja a província gozando dos vantajosos resultados de tão útil estabelecimento. (PIAUI, 1874, p. 17).

Na data de sua inauguração, em agosto de 1874, a colônia de São Pedro compreendia

96 quilômetros de extensão, em cujo circuito fazem as sete fazendas fiscais sob imediata fiscalização do diretor do estabelecimento [...] tem uma estrada de 18 quilômetros de comprimento e 6 metros de largura, a qual liga entre si diversas fazendas, tornando-se por isso de muita utilidade. Algumas casas de palhas oferecem acomodações suficientes às oficinas dos operários. Três olarias para a fabricação de telha, tijolos, alvenaria para a construção de obras. Possui uma grande roça [...]. Existem duas escolas para ambos os sexos, sendo a do masculino por 30 alunos, e a do feminino por 15. As libertas de maior idade ocupam-se em cozer, fiar e plantar. (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 2.)

A descrição da colônia aponta para a gênese de um projeto modernizador no Piauí que podia ser caracterizado pelas esperanças dos articulistas e dos administradores locais. Essa característica pode ser percebida quando se leem as palavras de esperança no jornal, tais como as que diziam: “Eis o que é colônia, não passa de um projeto, mas tudo induz-nos a crer que dentro de poucos anos a semente ali plantada há de germinar, e produzir abundantes meses” (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 2).

O projeto futurista continua no Piauí e, em 1876, com a morte de Francisco Parente, Dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho assumiu a direção do núcleo (*Revista do Império*, 1882, p. 39).

No ano de 1882, o referido estabelecimento possuía “sete fazendas de gado e duas feitorias de lavoura, uma das quais demora 1½ légua e outra a 5 léguas de distância da sede” (*Revista do Império*, 1882, p. 39). O Estabelecimento agrícola possuía escolas que eram “as bases da empresa e focavam principalmente na educação moral, religiosa, na instrução primária e agrícola dos menores, nos trabalhos de agricultura, substituindo o sistema rotineiro pelos instrumentos agrários mais aperfeiçoados” (PIAUI, 1874, p. 16). Dessa forma, a instituição era pautada pelos anseios de modernidade e modernização da elite piauiense, não pela necessidade da cultura local.

Os modelos que a instrução escolar e as técnicas agrícolas passaram a priorizar estavam distantes da realidade local descrita pela historiografia e pelos documentos oficiais. A prioridade dos articulistas estava relacionada aos artefatos de modernidade, como, por exemplo, a navegação a vapor e, por conseguinte, o

comércio. Acerca dessas questões, “quanto às vias de comunicações, condição essencial para o progresso da colônia, vai ela ser fundada às margens do majestoso Parnaíba e em um ponto onde facilmente poderá chegar os vapores da companhia piauiense” (PIAUI, 1874, p. 17).

A referida localização, associada à cultura local e à necessidade de centralização por parte do governo federal, somava-se ao aperfeiçoamento dos preceitos morais, sociais e religiosos dominantes. Para educar e controlar os colonos, os ensinamentos religiosos eram repassados incisivamente, como podemos perceber na seguinte notícia: “acha-se entre nós, como já disse, o missionário capuchinho Frei Serafim de Catanea com destino à Colônia Agrícola, onde vai com sua palavra no espírito dos novos colonos o amor, o trabalho, a ordem, e os preceitos da moral social e religiosa” (PIAUI, 1874, p. 17).

A esse respeito, apontamos as relações de trabalho que, associadas aos preceitos morais, ganhavam novas conotações no período em questão, fato que nos leva a pensar na desigualdade que ocorria nessas terras. Sobre isso, destacamos que “a disponibilidade de terras agravou a situação dos despossuídos, sobre os quais se estendeu um severo dispositivo de controle social, porém, criou privilégios para outros” (SECRETO, 2012, p. 154). Para mover esses dispositivos de controle, era necessária a institucionalização da educação. Na colônia, a educação estava assim organizada:

Os educandos que hoje se contam 56, todos filhos de libertos, recebem instrução elementar e religiosa, ensino prático em oficinas, imperfeitamente organizada de carpinteiro, ferreiro e pedreiro, e noções de agricultura nas duas mencionadas feitorias, cuja produção é destinada ao consumo. Alguns alunos acham-se aptos para exames. (*Revista do Império*, 1882, p. 39).

É importante observarmos que a instrução escolar estava relacionada aos melhoramentos da agricultura e da indústria, portanto, sua organização e funcionamento estavam direcionados às terras das fazendas nacionais. Dito isso, podemos descrever a instrução da referida colônia, que recebeu inicialmente 85 (oitenta e cinco) educandos, que tiveram os seguintes destinos:

Tabela IV: Destinos dos educandos na Colônia São Pedro de Alcântara em 1882.

MOTIVOS	QUANTIDADES
FALECIDOS	4
ELIMINADOS POR MOLÉSTIA INCURÁVEL	4
ELIMINADOS POR TEREM ATINGIDO IDADE DE 21 ANOS	21
EXISTEM	54

Fonte: *Revista Agrícola do Império*. Instituto Fluminense de Agricultura: Rio de Janeiro, 1882.

Adaptado por Jayra Barros Medeiros.

O quadro a seguir ilustra a instrução escolar no Estabelecimento São Pedro de Alcântara. Associado às nossas análises anteriores, permite-nos concluir que houve um ensino agrícola nesse estabelecimento. A quantidade de alunos existentes e desistentes pode revelar um movimento da educação agrícola nessa região. Os dados revelam ainda que as mulheres recebiam tratamento diferenciado no que diz respeito à educação. É o que podemos perceber no trecho a seguir: “saíram também 10 educandas, duas para casar e oito entregues a seus pais para colocá-las em um internato de meninas” (*Revista do Império*, 1882, p. 40). Quando o relator fala em internato de meninas, pensamos na divisão de papéis masculinos e femininos presentes no período. As famílias desses rapazes e moças estavam assim distribuídas:

Quadro I: Distribuição das famílias na Colônia São Pedro de Alcântara em 1882.

FAZENDAS	FAMÍLIAS
ALGODÃO	135
OLHO D'ÁGUA	30
SERRINHA	20
NOVA FAZENDA	20
GUARIBAS	38
RIO BRANCO	41
MATTOS	18
NA SEDE DA COLÔNIA	28
NAS DUAS FEITORIAS	8

Fonte: *Revista Agrícola do Império*. Instituto Fluminense de Agricultura: Rio de Janeiro, 1882.

Adaptado por Jayra Barros Medeiros.

O funcionamento da escola e as 330 famílias instaladas na colônia agrícola São Pedro de Alcântara evidenciam o funcionamento da referida instituição no final do século XIX. A esse respeito, destacamos as análises do relator do Ministério da Agricultura: “[...] sobre o estabelecimento, julgo não deve ser desorganizado, senão desenvolvido, podendo constituir proveitosa escola prática de agricultura,

de artes mecânicas acessórias da lavoura e da zootecnia” (*Revista do Império*, 1882, p. 39).

As tentativas de melhoramentos das atividades agrícolas e industriais e a busca pelo progresso no Piauí podem ser percebidas a partir da implantação do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, inaugurado com festas e fogos em 10 de agosto de 1874. O jornal *A Opinião Conservadora* do dia 25 de agosto de 1874 narra a “projetada viagem do sr. Dr. Lamenha Lins à Colônia de São Pedro de Alcântara, com o objetivo de ‘examinar o estado da colônia e as vantagens de sua posição topográfica’”. No dia seguinte, “cerca de 200 pessoas encaminhavam-se ao lugar onde devia ser colocada a primeira pedra do edifício principal da colônia”. E o “presidente da província, com palavras convencidas e eloquentes, motivava as esperanças da nascente colônia [...], os assistentes mal contendo as emoções de entusiasmo, escutavam atentos o poderoso verbo do progresso” (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 2).

O projeto tinha enorme importância para os administradores locais, de modo que o desejo da elite piauiense pelo progresso ficou plenamente eternizado pelas palavras do jornal. Sobre essas questões, a historiadora Teresinha Queiroz destaca: “Embora em escala menor, o Piauí reproduz as ideais mais gerais difundidas em todo o Brasil, em termos dos problemas econômicos e das formas de superação” (QUEIROZ, 2015, p. 53). Três características são descritas pela pesquisadora:

[...] a escassez de mão de obra, cuja solução apontada era a imigração de europeus; a escassez de capitais, que deveria ser superada pela fundação de estabelecimentos de créditos; a inexistência de uma estrutura adequada de transportes e comunicações, tida como responsável pela asfixia do comércio, que deveria ser resolvida com a construção de estradas de ferro. (QUEIROZ, 2015, p. 53).

Acerca dos núcleos coloniais piauienses, a historiografia local nos dá pistas de como esses projetos foram iniciados no Piauí. A respeito dessas pistas, destacamos as análises do historiador Antônio Fonseca dos Santos Neto:

Desprovincializa-se: tem uma elite sincronizada com as ondas progressistas do mundão e em luta com as estruturas muito marcadas pelas permanências latifúndio-oligárquicas; logo chegaram os automóveis, os artesãos fazem ensaios de operários e tenta-se até mesmo modernizar a agricultura com fazendas modelo. Lá pra dentro do sertão, fervilhando os litorais de um republicanismo

tardo, corajosamente o sonhador engenheiro Sampaio erguerá com braços da terra e da imigração, o símbolo das esperanças, que logo esmaecem, de modernizar a produção da pecuária local pela industrialização. (SANTOS NETO, 2016, p. 24).

O historiador, ao destacar as tentativas de industrialização da agricultura,⁵ pecuária e dos sertões piauienses, refere-se à vinda de imigrantes italianos para as Fazendas Nacionais piauienses. O empreendimento foi liderado pelo Dr. Antônio José de Sampaio, diretor da Colônia São Pedro de Alcântara, na década de 1890. O objetivo era de colonizar as Fazendas Nacionais do Piauí e para isso o referido empreendedor “comprometeu-se a colonizá-las e foi pessoalmente à Itália escolher famílias de agricultores para dar cumprimento a seu contrato” (BRASIL, 1896, p. 90). Em telegrama para o Ministério da Agricultura, o representante do governo italiano, Dr. José Reminoli, escreve que:

Nomeado pelo governo italiano para acompanhar 40 famílias de imigrantes italianos e estudar as condições da imigração para o Estado do Piauí, comunico-vos que as mesmas embarcaram por conta da companhia metropolitana no porto de Gênova a 21 de dezembro último, conforme ordem do Governo Federal e destinados a fazer a primeira tentativa de imigração nos estados do norte do Brasil, iniciadas nas fazendas nacionais existentes naquele Estado e arrendadas ao dr. Antônio José Sampaio. (BRASIL, 1896, p. 90).

A descrição do representante do governo italiano revela o caráter de empreendimento instalado nas fazendas nacionais piauienses e, ainda, a ligação do Piauí com as questões de modernização que norteavam o Brasil. Sobre essas análises, destacamos: “Antônio José de Sampaio pode ser compreendido como uma metáfora de modernidade no Piauí, esta entendida como a emergência de uma nova subjetividade que desperta em meio a um contexto de crise estrutural para o Piauí” (VILHENA, 2006, p. 38). Dessa forma, partimos da iniciativa de instalação de núcleos coloniais agrícolas e passamos a indagar acerca das motivações locais e nacionais para as referidas instalações no Piauí e, ainda, sobre a ligação desses projetos com as tentativas de modernização da agricultura (LINHARES, 1981). Sobre estas questões, Ivana Cabral aponta que:

O estabelecimento agrícola de São Pedro de Alcântara ao que indica foi o único empreendimento voltado para as práticas agrícolas nesta região que conseguiu durante alguns anos funcionar com devida organização e proveito, sendo este destinado especificamente aos

filhos libertos dos trabalhadores escravizados. (CABRAL, 2013, p. 96).

Como mencionamos, os estabelecimentos agrícolas foram instalados nas Fazendas Nacionais. O interesse vindo do poder público pelas fazendas piauienses é demonstrado nos relatórios do Ministério da Agricultura e da Fazenda, dos anos de 1870 a 1920. Os referidos documentos definem as Fazendas Nacionais em terras piauienses como Próprios Nacionais e descrevem suas riquezas naturais. A localização, às margens do Rio Parnaíba, foi destacada com relevância, especialmente para navegação a vapor.⁶

A partir daí, passamos a pesquisar sobre os núcleos que porventura foram estruturados no Piauí, e a questionar sobre os aspectos técnicos e sociais que permeavam a agricultura no século XIX e, ainda, como esses aparatos estavam ligados às necessidades de modernização e modernidade⁷ que adentravam o Brasil no período em questão.

O projeto do governo imperial em terras piauienses caminhou mantendo as suas peculiaridades em relação ao restante do país durante o século XIX. Em 1890, ocorre uma tentativa de imigração estrangeira. Os imigrantes chegaram ao porto de Amarração em 1891, sob o comando do Dr. Antônio José de Sampaio. Nessa mesma década, houve a institucionalização da Colônia de Nacional, na Fazenda Gameleira, no Piauí.

Considerações finais

Através do estudo da documentação analisada, consideramos que as terras localizadas às margens do rio Parnaíba foram alvo de projetos governamentais de colonização que tinham como objetivo a modernização da agricultura brasileira e absolvição de trabalhadores livres.

Esses melhoramentos podem ser percebidos com a instalação do Estabelecimento São Pedro de Alcântara, já que, no oitocentos, as tentativas de modernização passavam por uma parte da elite brasileira que desejava incluir o Piauí em um *modus operandi* capitalista que circulava nos principais centros brasileiros, sobretudo no que diz respeito ao trabalho e à divisão de terras. Isso pôde ser percebido nas instruções e na institucionalização do ensino agrícola para as famílias que colonizavam a região.

Concluimos, com os relatórios do Ministério da Agricultura, que as terras piauienses estavam incluídas em projetos que circulavam o território brasileiro na tentativa de instalação de colônias agrícolas e mão de obra capitalista. Entre eles,

destacamos a criação do estabelecimento analisado. No entanto, essas medidas não condiziam com a forma tradicional com que o trabalhador local mantinha sua relação com a terra e com as margens do rio Parnaíba. Esse seria um dos motivos dos fracassos das tentativas coloniais às margens do referido rio.

Desta forma, podemos considerar que a criação, instalação, funcionamento e extinção dos Núcleos Coloniais estudados ocorreram a partir de um movimento nacional. Este movimento nacional tinha como motor o projeto de melhoramentos e modernização da agricultura, bem como um desejo de parte da elite piauiense de participar dos projetos modernizadores que circulavam no Brasil e no mundo.

Dessa forma, percebemos que a institucionalização de São Pedro de Alcântara está diretamente relacionada a um projeto modernizador pelo qual passava o território brasileiro e que, nele, mesclaram-se as necessidades regionais e locais.

Na medida em que os efeitos modernizantes estavam pautados em uma economia capitalista em formação, que tinha como base o trabalho livre, essas preocupações demonstram que as tentativas de modernização, no Piauí, tinham uma relação íntima com o processo de modernização do restante do país, no período analisado. A proposta de modernização feita pelo Ministério da Agricultura aos administradores do Piauí não possuía ligações com as necessidades dos trabalhadores piauienses que habitavam o Estabelecimento São Pedro de Alcântara.

Concluímos, então, que no Piauí a criação dos núcleos coloniais agrícolas não levou em consideração a cultura local, que era baseada em uma pecuária extensiva e em uma agricultura de subsistência. Estes projetos foram iniciados em razão da navegação a vapor que, ao adentrar as águas do rio Parnaíba, em meados do século XIX, inseriu o Piauí em um comércio internacional.

As mudanças que ocorreram no transporte fluvial piauiense trouxeram discontinuidades e fizeram com que parte dos piauienses entrassem em contato com mercadorias e ideias antes não conhecidas, provocando tentativas de modernização baseadas em modelos europeus, que acomodavam conceitos e ideias antes desconhecidos pela cultura, sociedade e mentalidade piauiense.

Referências

- ALENCASTRE, José Martins Pereira d'. Memória cronológica, histórica e geográfica da Província do Piauí. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XX. v. 20; Rio de Janeiro, 1853.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- ARAÚJO, Johny Santana de. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888). *Oficina do Historiador*. Porto Alegre, Edipucrs, v. 6, n. 2, Jul-dez. 2013. p. 57-77.
- BARBOSA, Edilson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuições à História de sua Navegação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1993.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BORGES, Geraldo Almeida. *Fazendas Nacionais: evolução e decadência*. Teresina, Fundação CEPRO, 1981. (Relatório de pesquisa).
- CABRAL, Ivana Campelo. Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí escravista (1850-1888) *colônia*. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. São Paulo, 1982. p. 197.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação UNESP, 2007.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral; FILIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectivas historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25. 1992.
- GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades beiras*. UNB. Tese de doutorado, 2008.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. Brasiliense, 1981.
- MEDEIROS, *Brisas do progresso*: União (PI) na Primeira República. UFPI (Dissertação de Mestrado), 2013.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997. p. 87.
- NUNES, Francivaldo Alves. Aldeamento e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880: usos da terra e produção rural. *Anais do XV encontro Regional de História da Anpuh-Rio, São Gonçalo*, 2012.
- QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí, 1900-1920*. EDUFPI: Teresina, 2015.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à* SANTOS NETO, Antônio Fonseca.

Sertanias. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

Jornal Oitenta e Nove, 1874.

SECRETO, Verônica. Arrendamento. In.: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

Revista do Império. Instituto Fluminense de Agricultura: Rio de Janeiro, 1882.

SECRETO, Maria Verônica. *Fronteiras em movimento: História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX*. Niterói: Editora: UFF, 2012.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Sob o riso de Mefisto. *História Agrária. Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 288-307, jan-abr. 2020.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: FCMC, 2013.

VILHENA, Marcos. *Vão de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina, 2006.

FONTES

PIAUI. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de Junho de 1874 pelo presidente da província Dr. Adolpho Lamenha Lins, acompanhado do Relatório com que lhe passou a administração da província. Maranhão, Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires, 1874.

PIAUI. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de Junho de 1873 pelo presidente da província Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo. Maranhão, Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires, 1873.

BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, 1893.

BRASIL. Relatório do Ministério da Fazenda, 1895.

Jornal A Opinião Conservadora, 1874.

‘Notas de fim’

- 1 É o imóvel de domínio da União utilizado em serviço público federal, para instalação de órgãos vinculados à Administração Pública Federal direta ou indireta.
- 2 Destacamos a inspeção Nazareth, por ser a região referente ao Estabelecimento São Pedro de Alcântara. Nos jornais do século XIX, o estabelecimento é citado como parte da cidade de Amarante (PI). Atualmente essa região é a cidade de Floriano (PI).
- 3 Destacamos o estado do Piauí, por se tratar do nosso recorte espacial.
- 4 Para lançarmos um olhar sobre a heterogeneidade das regiões brasileiras, consideramos as análises de AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- 5 Sobre a modernização da agricultura brasileira no período estudado, destacamos: LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. Brasiliense, 1981; LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001; SILVA, Márcio Antônio Both. *Sob o riso de Mefisto*. História Agrária no Brasil, tragédias e esquecimentos. *Revista Maracanan*, v. 23, 2020, p. 288-307.
- 6 Sobre a navegação fluvial a vapor no Piauí: BARBOSA, Edilson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba contribuições à História de sua Navegação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1993. GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades beiras*. UNB. Tese de doutorado, 2008. MEDEIROS, *Brisas do progresso: União (PI) na Primeira República*. UFPI (Dissertação de Mestrado), 2013.
- 7 Temos como base teórica para os conceitos de modernização e modernidade os estudos de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Sob o riso de Mefisto*. História Agrária. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 23, p.288-307, jan-abr. 2020; BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1999.